REFLEXÕES EM TORNO DA DIVERSIDADE DAS ACEPÇÕES DE CIDADANIA, DA NATUREZA DA FUNÇÃO MILITAR, E DA PRECARIDADE DO SEU INTER-RELACIONAMENTO

Nuno António Bravo Mira Vaz

REFLEXÕES EM TORNO DA DIVERSIDADE DAS ACEPÇÕES DE CIDADANIA, DA NATUREZA DA FUNÇÃO MILITAR, E DA PRECARIDADE DO SEU INTER-RELACIONAMENTO (1)

A. *GENERALIDADES*

Durante séculos, o conceito de que o serviço militar em defesa do Estado constituía um atributo essencial da cidadania activa, foi objecto de um consenso alargado no espaço cultural europeu.

O cidadão, chegada a idade, não questionava a legitimidade das razões que o expunham ao risco de morrer por uma causa assumidamente comum.

Mas subitamente, a seguir às hecatombes da I Grande Guerra, extractos progressivamente mais numerosos da sociedade começaram a olhar o Estado como uma entidade capaz de invocar justificações moralistas para exigir do cidadão uma lealdade incondicional, em relação à qual se dispensava de oferecer contrapartidas.

Assim se chegou, com parca surpresa, ao questionamento do serviço militar por camadas crescentes da população. Em países como o Japão e a RFA, que foram submetidos ao exorcismo ideológico da ocupação, e noutros países europeus, como a Holanda e a França, a conscrição tem sido posta em causa pelos cidadãos. Nestes países, ainda que possa detectar-se a convicção de que o serviço militar obrigatório contribui para a estabilização social, instilando disciplina e respeito pela autoridade por um lado, e prevenindo a eventualidade de pronunciamentos por outro, a verdade é que os Governos, para fazerem face a contestações crescentes, se viram forçados a reduzir o período de prestação do Serviço Militar Obrigatório, a «civilinizar» a vida nos quartéis, e mesmo a permitir o aumento da participação dos soldados no processo de decisão.

O certo é que o grau de coesão social no interior de um grupo, e por maioria de razão no interior de uma unidade política, e a sua maior ou menor conformação à política geral do Governo, desempenham um papel

(1) Trabalho individual do autor, apresentado no âmbito do Curso de Defesa Nacional/87.

fundamental para o entendimento das flutuações de sentimentos como o nacionalismo ou as atitudes perante o serviço militar, que hoje ocorrem nas complexas sociedades industriais. Na verdade, enquanto os surtos de nacionalismo proporcionam ao menos uma base parcial para o consenso político, a fragmentação social crescente dos últimos anos tem minado o compromisso cívico para um entendimento nacional durável.

O declínio do sentido comunitário nas sociedades modernas é um facto incontestável. E mesmo um epifenómeno tão importante como o renascer do sentimento nacionalista na América de Reagan não deve iludir-nos: porque se ele foi capaz, num determinado momento, de unir sectores díspares duma sociedade política e socialmente heterogénea à volta de questões como o aumento das despesas para a defesa, um debate sobre a conscrição militar revelaria por certo amargas e profundas divisões.

Na verdade, um dos mais importantes problemas das sociedades modernas reside na dificuldade em formular um conceito que leve cada cidadão a empenhar-se na defesa colectiva.

Em *Le Fil de l'Épée*, de Gaulle põe em evidência a forma como evoluem, em sentidos opostos, os sentimentos do poder político e da opinião pública em situações de paz ou de guerra. Em tempo de paz, por força da responsabilidade que lhe incumbe, é o Governo quem revela melhor compreensão do papel das Forças Armadas e dos sacrifícios a fazer para manutenção da segurança; em tempo de guerra, pelo contrário, enquanto a imensa massa de cidadãos chamados a combater tende para a homogeneização, o Governo não vê com bons olhos que um qualquer general possa tomar decisões cruciais num longínquo teatro de operações. Afinal de contas, «a guerra é um assunto demasiado sério para ser deixado ao arbítrio dos militares».

A problemática da defesa ocupa de resto, nas sociedades modernas, uma posição focal; e os diversos pontos de vista, centrados frequentemente em aspectos materiais, revelam posicionamentos surpreendentes, como o expresso num relatório do Partido Trabalhista britânico:

> «... as indústrias de defesa impedem o desenvolvimento económico produtivo, ao delapidarem recursos económicos e desviando fundos de investimento daquelas indústrias que produzem bens socialmente desejáveis».

Estas conclusões reflectem uma preferência ideológica, e são incorrectas, ao sugerirem que as prioridades resultam dum jogo estratégico de soma zero, que obriga a escolher entre despesas militares e desenvolvimento da «sociedade de bem-estar». As opções disponíveis são mais complexas. Porque, como fez notar um antigo secretário de Estado da defesa trabalhista em 1976:

> «É igualmente errado colocar em perigo a segurança nacional em nome da justiça social, como praticar uma política de defesa que leve à falência a sociedade que lhe compete defender.»

Seja como for, trata-se de saber se o Estado Providência se encontra ameaçado externamente, e que tipo de forças necessita para enfrentar a ameaça. A noção implícita de eficácia, tão cara ao pensamento positivista contemporâneo, depara com um escolho de não pequena monta: é que, enquanto prevalecer a actual estratégia de dissuasão, «a força militar talvez seja mais efectiva enquanto meramente latente» (2).

A complexidade do tema que nos propusemos apresentar fica assim esboçada, ainda que com o lápis ligeiro e rápido das generalidades. Uma reflexão mais profunda sobre as diferentes acepções da cidadania e a forma como elas influenciam o relacionamento da instituição militar com o Governo e a sociedade, torna necessária a análise, ainda que breve, das interacções no seio dum macroconjunto de três vectores: as relações Forças Armadas/poder político, as relações Forças Armadas/sociedade e as relações no interior das próprias Forças Armadas.

B. *AS RELAÇÕES FORÇAS ARMADAS — PODER POLÍTICO*

Uma afirmação que pode encontrar-se nos trabalhos da esmagadora maioria dos sociólogos militares é a de que, em democracia, o controlo político é essencial ao profissionalismo militar.

Maria Carrilho (3), por sua vez, faz notar que «o materialismo histórico, em Frederich Engels, colocou a questão em termos realistas: o aparecimento de uma força armada está relacionado com o desenvolvimento

(2) L. Martin, em *The Utility of Military Force*.

(3) «Relações Civil-Militares: a Subordinação das Forças Armadas», revista *Nação e Defesa* n.º 16, de 1980.

das sociedades humanas e a sua divisão em classes. Este fenómeno torna impossível a organização autónoma armada da população, polarizada por vezes em torno de interesses antagónicos. A existência de uma força armada é portanto vista como um dos pressupostos do próprio Estado, e não tem cabimento considerar este facto em termos morais».

Parece pois poder concluir-se que o controlo das Forças Armadas pelo poder político é um pressuposto do Estado moderno. Não é assim em muitos países do Terceiro Mundo (4). Mas trata-se de sociedades atrasadas, minadas por disfunções de toda a ordem, nas quais o carácter perverso das relações entre o poder e as Forças Armadas é engendrado por factores endógenos que não interessa analisar.

O que distingue a profissão militar de todas as outras é a natureza da sua missão: a administração organizada da violência armada. É evidente que quem detém um tal poder, ainda por cima em regime de exclusividade, coloca ao poder político um conjunto de questões cruciais, como sejam a de se assegurar que os objectivos das Forças Armadas são congruentes com os objectivos globais do Estado, que as suas actividades obedecem a um rigoroso normativo específico e que os seus orçamentos não excedam o estritamente necessário ao funcionamento dum aparelho dissuasor de ameaças mínimas, sem pôr em risco a imagem tutelar do Estado Providência. «Isto é, trata-se infelizmente com excessiva frequência de encontrar a Instituição que melhor se acomode aos valores da sociedade, e não aquela que melhor providencia a indispensável segurança» (5).

Tarefa nada fácil porque o poder, que gostaria de manter as distâncias, é «prisioneiro» dos militares nos aspectos relevantes da estratégia de defesa. De facto, enquanto especialistas exclusivos, os altos escalões habitam de direito próprio a área da decisão política; e a coabitação, como muito bem se sabe, não propicia a hierarquização dos níveis de responsabilidade nem a definição dos mecanismos e critérios de controlo. Por outro lado, o Governo é também «prisioneiro» da opinião pública e dos *mass media*, ambos pouco interessados na problemática da defesa mas acentuadamente

(4) Quando o poder político é exercido pelos altos comandos militares, isso não significa o fim do controlo político das Forças Armadas. Trata-se é de um controlo de natureza diferente.

(5) Samuel Huntington, *The Soldier and the State*, Harvard University, 1957.

críticos das respectivas despesas. Para o Estado Providência, o drama consiste em ver-se «obrigado», para justificar as Forças Armadas, a enfatizar o seu papel em objectivos secundários, como o apoio às populações. Por outro lado, uma vez que os símbolos da eficácia são mais importantes que a própria eficácia (ela mesma, como já vimos, dificilmente mensurável), a respectiva avaliação tende a concretizar-se em efectivos, prontidão, superioridade tecnológica, esquemas de treino, etc., e estes padrões concorrem para o aumento das despesas.

Esta complicada trama de interesses e aspirações é capaz de produzir ao menos um consenso acerca da necessidade de controlar as Forças Armadas. Nas sociedades modernas, este controlo obtém-se pelas mais variadas formas: nomeação e promoção dos altos comandos, afectação de recursos, restrição de direitos individuais, delimitação da área de actuação, subordinação hierárquica ao Ministro da Defesa, etc.

Curiosamente, dois conhecidos sociólogos americanos, Samuel Huntington e Morris Janowitz, divergem substancialmente quanto ao modelo de controlo político desejável. O primeiro propõe um modelo objectivo, através de legislação apropriada e de outros mecanismos, assim como o desenvolvimento de um profissionalismo neutral, que mantenha os militares isolados da sociedade e da política, o qual dá mais garantias de efectiva subordinação e de eficiência.

Os críticos deste modelo dizem que ele favorece a criação de um corpo profissional fechado, com tendência para defender interesses e posições próprios, e que poderá um dia jogar nisso o seu poder.

O segundo, que se convencionou designar por subjectivo, propõe um profissionalismo militar integrado na sociedade, de modo a que a adesão dos militares ao controlo civil se processe ao nível das ideias do próprio indivíduo.

Porém este modelo, segundo os seus críticos, induz ao «participacionismo» militar, isto é, ao procurar homogeneizar a sociedade, confere ao militar instrumentos de intervenção política que lhe estão vedados no modelo objectivo.

De resto, a observação que nas últimas décadas pôde ser feita sobre o comportamento de tropas em combate, permitiu lançar uma luz nova sobre a precaridade dos compromissos estabelecidos entre o militar e o poder político. De facto, verificou-se que o principal sustentáculo do combatente

— o desejo individual e colectivo de sobrevivência — se alimenta sobretudo da camaradagem forjada pelo risco comum. O patriotismo não é irrelevante, mas o compromisso para com os camaradas de armas é muito mais forte do que o compromisso para com a nação. E os sociólogos vão ainda mais longe: segundo eles, a camaradagem em combate deve ser entendida em termos de uma apreciação pragmática dos requisitos da sobrevivência, e não como uma capacidade mística para transcender o egoísmo individualista.

As restrições ao exercício de direitos por parte dos militares, assunto que de resto não é encarado da mesma maneira em todos os países, configuram uma situação de «menoridade política» a merecer uma reflexão mais atenta. De facto, se essas restrições (ao direito de expressão, ao direito de reunião e de manifestação, ao direito de associação, ao direito de petição colectiva, a certos direitos dos trabalhadores, e à capacidade eleitoral passiva) não representassem mais do que um simples catálogo de contra-suspeições, assentavam num grave equívoco: qual fosse o de confundir a intervenção pública individual dos militares com a da Instituição, como se cada militar, perante o Estado, não se representasse apenas a si mesmo, mas sim a um conjunto de jagunços armados que fizessem do assalto ao poder a sua filosofia de vida. Na realidade, as coisas não se passam assim. Trata-se de uma decisão meramente cautelar, destinada a impedir a subversão das regras do jogo político, por um lado, e a evitar a degradação da disponibilidade institucional, por outro.

Anote-se, de resto, uma curiosidade: os militares profissionais não se limitam a aceitar sem contestação o preceito constitucional; antes o reivindicam. Não só porque ele sustenta a isenção política, a disciplina e a operacionalidade da Instituição, mas principalmente porque assinala a natureza especial da função militar e o seu carácter desinteressado, patriótico e nacional.

Torna-se assim evidente que o poder mantém com as Forças Armadas uma relação única, sem paralelo no restante relacionamento institucional. Esta situação resulta da ponderação de um conjunto de circunstâncias concretas:

1. As Forças Armadas carecem de legitimidade, e é o Governo quem lha confere. Esta, por sua vez, advém da legalidade que resulta de o Governo ser eleito pela vontade política dos cidadãos. O Governo sente que tem direito a governar, os cidadãos reconhecem esse direito, e as Forças Armadas

reconhecem que «a legitimidade proclamada na base da santidade da instituição militar é característica duma sociedade pré-industrial. Hoje, a legitimidade advém da legalidade, uma vez que o cidadão não aceita, no seio da sociedade, a existência de um elemento disfuncional» (6).

2. O militar está legitimamente preocupado com a segurança do Estado, e como tal interessa-lhe menos a justeza das políticas do que a adequação dos objectivos políticos aos meios militares que garantem a segurança colectiva.

3. A substância do pensamento militar define uma ética profissional (7).

De facto, conforme Huntington faz notar, «a ética militar enfatiza a permanência, racionalidade, fraqueza e maldade da natureza humana. Sublinha a supremacia da sociedade sobre o indivíduo e a importância da ordem, hierarquia e divisão do trabalho. Acentua a continuidade e valor da História (...), sustenta que a segurança do Estado depende da criação e manutenção de forças militares fortes (...) e que o controlo civil é essencial para o profissionalismo militar».

4. O militar profissional declara não fazer sentido o Estado desarmar-se, porque a violência é endógena à humanidade.

5. Ainda que a tendência, no Ocidente, seja para as Forças Armadas adoptarem estruturas e funcionamento internos em moldes democráticos, a verdade é que elas actuam numa área em que o sistema democrático se torna necessariamente não democrático por razões de autopreservação, visto que o sistema que elas operam (e simbolizam) é um sistema de autoridade que se torna essencial quando os restantes falharem.

---

(6) Gwyn Harriel-Jenkins e Jacques Van Doorn, *The Military and the Problem of Legitimacy*.

(7) O major Bullard, no seu livro *Os Vícios Cardeais do Soldado Americano*, escrito em 1905, enuncia-os da seguinte forma:

— independência pessoal, espírito rebelde, deficiente sentido das obrigações, criticismo dos superiores, ambição, interesse próprio, etc.

No entender do major, estes defeitos constituiram provavelmente um catálogo de virtudes para o cidadão americano comum.

C. *AS RELAÇÕES FORÇAS ARMADAS — SOCIEDADE*

A sociedade estabelece com as Forças Armadas um sistema interactivo que cobre um espectro alargado de percepções, desde o puro fascínio à rejeição (8).

Porém, a opinião prevalecente entre os mais conhecidos sociólogos americanos é a de que o desenvolvimento tecnológico tem vindo a retirar relevância à dicotomia civil/militar.

Janowitz (9) refere dois indicadores importantes: primeiro, o envolvimento crescente da comunidade civil na realidade militar, acentuado pela substituição da estratégia de guerra fria pela estratégia da *détente*; segundo, as Forças Armadas tendem para um modelo organizacional que visa «estar pronto para agir com um mínimo de custos», tendo em vista, não a derrota do inimigo na guerra, mas sim influenciar a seu favor a relação de forças internacional. Ou seja, as Forças Armadas devem prevenir a eclosão da guerra, mantendo-se permanentemente preparadas para a fazer.

Não obstante, poderosos factores endógenos à sociedade entravam a «miscigenação». Na verdade, diz Janowitz, assiste-se nas sociedades modernas à corrupção do sentido de cidadania que está na base dos modelos democráticos de controlo social. Esta corrupção traduz-se na expansão perversa do Estado Providência e na falência do sistema tradicional de educação, indutores da distorção do equilíbrio entre deveres e direitos, que deveria constituir a essência da cidadania numa democracia.

---

(8) Em *Mars ou la Guerre Jugée*, Éditions Gallimard, 1936, Alain dá-nos, numa bela metáfora sobre um desfile militar, toda a dimensão dessa duplicidade:

«(...) Ninguém consegue subtrair-se a este entusiasmo prodigioso que incita a marchar sem destino na peugada de uma tropa bem disciplinada e resoluta.

(...) Esta parada não tem necessidade de justificações: ela basta-se a si própria e afirma-se de forma gloriosa. Contra esta admiração total, não há senão um remédio: é não estar aqui.

(...) Na verdade, o espectáculo é tão aliciante, que eu não tenho outra saída: irei com ele.

(...) Este desfile apossa-se de nós. E faz-nos esquecer os mortos, os erros, as mentiras e as tristes reflexões que fazemos quando estamos sós.»

(9) Em artigo incluído no livro *The Military, Militarism and the Polity*, de Martin Mc Crate, The Free Press, 1984.

Moshe Lissak ([10]) fornece-nos uma excelente amostragem da complexidade do relacionamento entre Forças Armadas e sociedade quando procura respostas para duas questões essenciais:

— Quais são as condições conducentes ao desenvolvimento da convergência, ou pelo contrário, da divergência, entre os dois sectores?
— Qual o impacto da convergência ou da divergência na estrutura, no processo de decisão e no normativo das Forças Armadas?

A reflexão a que procedeu fornece-nos um quadro de inter-relações com quatro protótipos:

Situação	*Relacionamento Institucional entre as Forças Armadas e a Sociedade*	
	Fortalecido	*Enfraquecido*
Convergência	A	B
Divergência	C	D

Vejamo-los de mais perto, ilustrando-os com exemplos:

— *Protótipo A*: (O relacionamento institucional é fortalecido pela convergência)
  — o crescimento do número de ocupações militares similares, ou idênticas, às ocupações civis;
  — o envolvimento das Forças Armadas em acções de apoio às populações;

— *Protótipo B*: (O relacionamento institucional é enfraquecido pela convergência)
  — a convergência extensiva entre os altos escalões militares e o sistema político, que pode traduzir-se na dominação pessoal e conceptual do ministro da Defesa pelas Forças Armadas;
  — as relações do poder político com o complexo militar industrial;

([10]) Em artigo incluído no livro *The Military, Militarism ande the Polity*, de Martin Mc Crate, The Free Press, 1984.

— *Protótipo C*: (O relacionamento institucional é fortalecido pela divergência)

— a formação dos oficiais de carreira deixou de estar a exclusivo cargo das Academias Militares, passando a depender da cooperação com as universidades.
Podemos aqui encontrar divergências ao nível estrutural e no *modus operandi* dos militares, com a contrapartida de convergência ao nível normativo;

— *Protótipo D*: (O relacionamento institucional é enfraquecido pela divergência)

— o baixo nível de cooperação entre o planeamento estratégico concebido pelos Estados-Maiores, e o planeamento político da responsabilidade do executivo.

Num ponto, porém, todos os estudiosos concordam: as áreas de conflitualidade são mais nítidas em tempo de paz, justamente quando as pessoas propendem a subestimar a segurança em favor do bem-estar individual. A guerra, pelo contrário, é o espaço de convergência das cidadanias dispersas, forçadas à solidariedade pela generalização dos riscos. Daí que a nossa reflexão privilegie o relacionamento em período de paz; e que, do complexo conjunto de valores sociais e políticos que o moldam, se escolham apenas os que de alguma maneira determinam os desentendimentos.

1. O primeiro, e porventura o mais importante, radica no desejo generalizado de paz em contraponto aos horrores da guerra. Assim, a instituição militar, de algum modo o agente visível da violência a haver, é vista como um mero instrumento para fazer a guerra, e nunca como seu dissuasor.
Porém, ao contrário do que pensa, algo irreflectidamente, a população, a guerra é um acto eminentemente político, da exclusiva competência dos Governos, não cabendo às Forças Armadas qualquer parcela de responsabilidade no seu desencadear.

2. As Forças Armadas, enquanto detentoras exclusivas da força armada, concitam interesses conjunturais e são alvo de tentativas de manipulação por parte de grupos ou partidos empenhados na luta pelo poder. O próprio

poder, quando deficientemente sustentado, pode motivar as Forças Armadas para acções inaceitáveis no plano democrático.

3. As sociedades modernas adoptaram uma escala de valores em que o lucro e a produtividade ocupam os lugares cimeiros. Como consequência estabelece-se, entre o cidadão produtivo e o militar, cuja produção não é visível nem quantificável, um divórcio ao nível dos valores e dos objectivos.

É neste quadro que deve reflectir-se sobre três importantes questões: a objecção de consciência, os pacifismos e o sindicalismo militar.

a. *A objecção de consciência*

Há que destacar, no plano formal, a sua legalidade, mas igualmente o seu carácter de excepção. E é por causa desta excepcionalidade que o militar profissional não pode entender o número excessivo de objectores — por um lado, porque provocam uma sangria no potencial humano mobilizável; depois, porque provocam um efeito corrosivo sobre a moral dos mancebos dispostos a cumprir o Serviço Militar Obrigatório; finalmente, porque esta recusa não é compatível, no plano moral, com a plenitude da cidadania.

b. *Os pacifismos*

As boas razões pacifistas colhem argumentos na política, na filosofia, na ideologia, na religião e na ecologia. Por isso se fala em pacifismos no plural. De comum têm apenas a característica de não se desenvolverem e manifestarem fora dos países democráticos.

O aproveitamento político que é possível fazer-se desta complexa fenomenologia é enorme, com destaque para a agitação de massas e para a formação das opiniões públicas. Acaso constitui surpresa o repúdio instintivo do militar profissional pela filosofia e prática dum movimento «entreguista e não patriótico»?

c. *O sindicalismo militar*

Num mundo cada vez mais «civilista», a sugestão de igualdade de direitos e deveres dos cidadãos, fardados e à paisana, tende a concitar uma adesão generalizada.

Porém, aceitar de bom grado o sindicalismo militar é esquecer dois aspectos verdadeiramente cruciais:

— O primeiro tem a ver com a natureza do vínculo que une o soldado à cidade, o qual arreda desde logo a hipótese de assimilar as condições contratuais dos militares ao resultado de uma luta de vontades entre partes contratantes. Efectivamente, como pode alguém jurar morrer pela Nação, e de seguida desencadear contra ela processos reivindicativos, salariais ou outros?

— O segundo, é que as lutas de qualquer sindicalismo são sempre processos movidos contra a bolsa de quem paga — e quem paga às Forças Armadas é todo o povo.

4. A escola, por força de sucessivas «modernizações» destinadas a torná-la afim do mundo exterior, acha-se transformada num espaço de convívio onde o conhecimento não se transmite — questiona-se. O professor «mestre de virtudes», que veiculava a aptidão profissional e simultaneamente fornecia o quadro de referências para a cidadania completa, já não existe.

O ensino militar, pelo contrário, ao mesmo tempo que prepara os oficiais para serem chefes, inculca neles a apetência pelos valores morais, forja-lhes o carácter à medida dos desafios futuros, incita-os à ambição despojada e pura de servir.

Estabelece-se, entre estes dois pólos, uma corrente de rejeição recíproca que leva, *in limine*, ao ressentimento e à antipatia, e que gera nas Forças Armadas um «espírito de corpo» pouco propício ao reforço da unidade social.

5. Esta fractura é potenciada pelas disposições legais restritivas da cidadania dos militares. Como já vimos, o militar afirma que a Instituição Militar não constitui um mero modelo comportamental. Ela representa uma forma de prosseguir objectivos essenciais num quadro moral de referências e, neste sentido, deve anunciar um estilo de vida, uma profissão, uma vocação e nunca um emprego.

O militar profissional só encontra sentido em servir se puder fazê-lo em nome da comunidade matricial. É por isso, e em nome dela, que aceita as restrições políticas como um testemunho desse desiderato.

Porém, ainda que seja genuína a aceitação das restrições, a verdade é que elas demarcam espaços de cidadania diferenciada; e esta clivagem, alimentada pelo desconhecimento mútuo das problemáticas de cada um, conduz à desconfiança recíproca que dificulta a integração.

6. A comunicação social, e em especial a imprensa escrita, mantêm com as Forças Armadas um relacionamento difícil. Vejamos alguns dos factores mais significativos da desconfiança ([11]):

a. Factores institucionais e de formação profissional:

— Mútuo desconhecimento das problemáticas e dos respectivos códigos deontológicos;
— A opacidade característica da forma de organização das Forças Armadas, que dificulta o acesso às fontes de informação;
— A existência de zonas sensíveis e potencialmente conflituais nas relações entre as Forças Armadas e os meios de comunicação social, como sejam os segredos de defesa e os problemas relacionados com a organização interna das Forças Armadas;
— A perspectiva instrumental com que os militares, regra geral, encaram a comunicação social, enquanto os jornalistas procuram defender a autonomia possível dos órgãos de informação.

b. Factores de natureza política e ideológica:

— Os reflexos nas Forças Armadas e nos meios de comunicação social, das crises políticas, sociais e económicas atravessadas pela sociedade;
— (...) a desconfiança dos jornalistas em relação às intervenções militares na área da comunicação social, e (...) o receio dos militares de que os meios de comunicação social acabem por desempenhar um papel dissolvente dos valores defendidos pela Instituição;
— A matéria sempre delicada da propaganda e da ideologia pacifista nos meios de comunicação social, sobretudo quando tende a confundir a legítima aspiração à paz com o desarmamento unilateral e sem reciprocidade.

([11]) Mário Mesquita, em «Espírito de Defesa ou Defesa de Censura»?

A importância dum relacionamento correcto entre as Forças Armadas e a comunicação social numa sociedade aberta, não carece de demonstração. Enquanto modeladora da opinião pública, a comunicação social pode desempenhar um papel insubstituível como elemento integrador da comunidade nacional, fornecendo aos cidadãos não uma trama de percepções sobre as Forças Armadas, mas uma informação rigorosa e fundamentada, que proporcione um entendimento correcto da Instituição e das suas missões.

D. *AS RELAÇÕES NO INTERIOR DAS FORÇAS ARMADAS*

André Thieblemont ([12]) constata que existe, nas Forças Armadas, um debate permanente entre o passado e o presente, entre as fidelidades tradicionais e as inovações importadas, entre o costume da oralidade e os regulamentos escritos, entre o hábito dos contactos personalizados e um modelo de gestão burocrático e anónimo.

Simultaneamente, chama a atenção para a coexistência de duas esferas de pensamento e acção: uma dominada pela lógica dum pensamento positivo com base em raciocínios científicos e técnicos; outra ligada a um pensamento mítico, organizado a partir das respostas espontâneas que a instituição encontrou para as situações de conflito armado.

Seja como for, não é possível reflectir sobre as Forças Armadas se não se tiver em conta o imaginário militar, esse universo de mitos e símbolos onde os profissionais revêem as suas convicções. Os heróis, os distintivos e os juramentos de fidelidade, que constituem as referências de cada unidade, estão presentes, através do reconhecimento afectivo, em todos os actos solenes. As cerimónias rituais, expressão individual ou colectiva codificada, marcam as distâncias a uma «sociedade sem transparência que prossegue objectivos mesquinhos e tende a ver na instituição militar um sorvedouro improdutivo de verbas».

Ao nível conceptual, a grande polémica a que se atêm os sociólogos militares consiste em saber se o modelo militar moderno resvala de padrões

([12]) «Les Militaires sous le Regard Ethnologique», *Défense Nationale*, Junho 1983.

institucionais (ou profissionais) para padrões ocupacionais. A rápida penetração do sindicalismo nas Forças Armadas de vários países europeus parece confirmar a tese — porque aí os compromissos deixam de ser institucionais para se tornarem contratuais. A maior parte das vezes, porém, esta querela tem deixado na obscuridade o essencial: o modelo funcional serve os interesses das Forças Armadas e da sociedade que as paga?

Estudos recentes ([13]) sobre os comportamentos individuais na guerra do Vietname, revelaram que o corpo de oficiais americano, preocupado com problemas de carreira, perdeu características de agressividade e transformou-se num fórum de gestores não participantes, onde se falava muito mais de eficiência do que de honra.

Esta demolição do profissionalismo militar tem as mesmas causas que a desintegração das restantes instituições: a dissociação entre o interesse pessoal e os valores morais de referência. Trata-se, segundo Janowitz, de uma «desarticulação extensiva das instituições sociais».

O mesmo sociólogo distingue cinco níveis de mudança nas Forças Armadas dos EUA:

— *Ao nível do controlo organizacional:* a autoridade aparece cada vez requerendo conhecimentos administrativos e técnicos, tendem a ultrapassar o número das ocupações directamente relacionadas com o combate.
Como resultado, a estrutura de comando é partilhada pelos tradicionais líderes heróicos e pelos especialistas técnicos e administrativos.

— *Ao nível do controlo organizacional:* a autoridade aparece cada vez mais ligada à persuasão, a qual requer iniciativa e espírito de cooperação, em vez da autoridade fundada na dominação.

— *Ao nível do desenvolvimento de carreiras:* é notória a importância crescente do binómio treino especializado/educação generalista, que permite o acesso aos mais altos escalões da hierarquia aos militares inovativos, enquanto por outro lado o apelo às tradições e valores começa a misturar-se com motivações materiais e carreirismo.

— *Ao nível da estrutura social:* o facto essencial é a democratização do recrutamento, designadamente do corpo de oficiais, o que apro-

([13]) Jacques Van Doorn, «Continuity and Discontinuity in Civil-Military Relations», artigo incluído no livro *The Military, Militarism and the Polity.*

xima a organização militar dos padrões regionais, raciais e culturais da comunidade matricial.

— *Ao nível normativo:* o absolutismo cede o passo ao pluralismo político e a uma concepção mais pragmática tanto acerca da carreira como das missões da instituição.

Embora tudo isto seja verdade também para Portugal (ressalvadas as diferenças de conjuntura), importa deixar claro que o combate exige dos chefes capacidade para conduzir os homens pelo exemplo. Isto dito, infere-se que há limites para a «civilinização» das Forças Armadas e para a prevalência de que, nelas, possa vir a dispor a componente organizativa-administrativa sobre a componente operacional-heróica.

De resto, a história recente de Portugal proporciona um excelente posto de observação aos estudiosos da Instituição. Até 1961, e com especial incidência no Exército, verificou-se um predomínio absoluto dos diplomados do Estado-Maior. Entre essa data e 1974, a situação quase se inverteu: os operacionais gozaram dum prestígio enorme, de resto alicerçado na comezinha evidência de que eram eles que faziam a guerra e arriscavam a vida. Na sequência do 25 de Abril, como se sabe, foi extinto o Corpo de Estado-Maior; mas hoje, dez anos passados, esses diplomados ocupam a maioria dos altos postos.

Porém, da vasta gama de relações que se estabelecem no interior das Forças Armadas, as mais importantes, pela repercussão futura na opinião pública, são sem dúvida as que envolvem os militares do Serviço Militar Obrigatório. Eles são, na verdade, o veículo privilegiado, para o exterior, da mundivivência militar. A memória desse tempo — uma avaliação frequentemente pouco rigorosa, mera fotografia de grupo, é a que perdura ao longo de gerações.

Se o soldado passar o seu tempo útil a arrancar ervas, ou se o seu chefe for corrupto ou desleixado, nenhuma campanha de sensibilização poderá contrabalançar os nefastos efeitos do tédio e da revolta. Ao invés, junto do soldado que tenha sido militar em plenitude, não produzirá efeitos a mais veemente manobra de desinformação.

Ter isto presente, é ter presente tudo.

E. *EM JEITO DE CONCLUSÃO*

O presente trabalho procurou pôr em destaque os motivos pelos quais os diversos entendimentos do conceito de cidadania — atributo essencial do cidadão enquanto sujeito de direitos e deveres —, introduzem um elemento perturbador no relacionamento social, e designadamente no das Forças Armadas com a sociedade.

Na verdade, ainda que o militar profissional se não distinga, nesse plano, de qualquer outro cidadão activo, a natureza das suas missões e a influência da formação recebida engendram atitudes e comportamentos diversos dos adoptados pelos restantes cidadãos. Assim, ele rejeita liminarmente fenómenos que gozam de relativa popularidade, como a objecção de consciência e o pacifismo, porque entende ser a violência endógena à humanidade, e nesta perspectiva não fazer sentido o Estado desarmar-se.

O facto, assinalado pela generalidade dos sociólogos modernos, de se ter acentuado a interpenetração dos mundos civil e militar nas sociedades desenvolvidas, pouco altera a questão, visto o militar profissional ter consciência de actuar numa área em que o sistema democrático se torna necessariamente não democrático por razões de autopreservação.

No centro desta problemática encontra-se a contradição entre uma dinâmica social tendente à igualitarização dos cidadãos e a persistência dos militares em defenderem um estatuto diferenciado. Que não de privilégio, assinale-se, já que reclamam justamente a necessidade de agirem num quadro em que as restrições, morais e materiais, ocupam especial relevo.

Razões concretas de natureza político-institucional aconselham esta diferenciação: a necesidade de preservar a disciplina e o espírito de corpo, bases da eficácia em combate; a importância das referências morais na estrutura mental dos militares; a manutenção do apartidarismo das Forças Armadas, etc. Se estas razões são, em maior ou menor grau, entendíveis pela opinião pública, já o não são tanto as que derivam da «interpretação militar» do ideário cívico. Porque, se o cidadão comum é capaz de agir e realizar-se no seio de uma comunidade sem coesão social, o militar não encontra sentido em servir senão em nome dum desígnio colectivo. O cidadão comum não estranha que as suas relações com o estado se desenvolvam num espaço minado pela precaridade. O militar dificilmente se resignaria a tal.

Em boa verdade, só a compreensão recíproca daquilo que os afasta pode tornar frutuoso o diálogo entre civis e militares. Tornar isso evidente, sem que para tanto houvesse de escamotear as dificuldades, foi o objectivo do presente trabalho.

Nuno António Bravo Mira Vaz
Coronel Pára-quedista

BIBLIOGRAFIA

— Janowitz, Morris, *Military Conflict*, Sage Publications, 1975.

— Janowitz, Morris, *Civil-Military Relations.*

— Harriel-Jenkins, Gwyn, *Armed Forces, Welfare State.*

— Mc Crate, Martin, *The Military, Militarism and the Polity*. The Free Press, 1984.

— Van Doorn, Jacques, *Continuity and Discontinuity in Civil-Military Relations.*

— Lissak, Moshe, *Convergence and Structural Linkage Between Armed Forces and Society.*

— Lovell, Jonh, *Military Service, Nationalism, and the Global Community.*

— Huntington, Samuel, «Mentalidade Militar», *Nação e Defesa* n.º 9.

— Huntington, Samuel, *The Soldier and the State*, Harvard University, 1957.

— Silva, Cor. Baptista e, «Os Militares e a Sociedade», trabalho individual para o IAEM.